

AO JUÍZO DA XXXX VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXX-UF.

PROCESSO

AÇÃO DE ALIMENTOS

FULANO DE TAL, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, por intermédio da Defensoria Pública do Distrito Federal, vem apresentar **CONTRARRAZÕES AO RECURSO DE APELAÇÃO** interposto por **FULANO DE TAL**, requerendo sua juntada aos autos com as cautelas de praxe e de estilo.

Nesses termos,
Pede deferimento.

LOCAL E DATA

FULANO DE TAL

Defensor Público

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO

PROCESSO

APELANTE: FULANO DE TAL

APELADA: FULANO DE TAL

COLEDA TURMA,

RELATÓRIO

FULANO DE TAL, menor representada por sua mãe **FULANO DE TAL**, ajuizou ação de alimentos em face de **FULANO DE TAL**.

Argumentou que é filha do requerido e que ele estava contribuindo com valor insuficiente para o seu sustento.

Pontuou que tem necessidades de realizar gastos no valor de R\$X.XXX,00 com alimentação, vestuário, lazer, farmácia vestuário, aluguel, babá, plano de saúde, escola, transporte.

Esclareceu que o requerido está trabalhando com vínculo empregatício e que a renda mensal dele é de aproximadamente R\$X.XXX,00

Ao final de sua narrativa, a autora requereu a fixação dos alimentos provisórios no importe de 30% dos rendimentos brutos do requerido, bem como a procedência do pedido, com a fixação dos alimentos definitivos no mesmo patamar dos alimentos provisórios.

Por intermédio da decisão ID , os alimentos provisórios foram fixados em 28% dos rendimentos brutos do requerido.

O requerido foi citado e no prazo legal apresentou contestação, na qual alegou que não possui condição de pagar mais do que 15% dos seus rendimentos brutos a títulos de alimentos, já que recebe salário bruto de R\$X.XXX,01 mensais, mas possui gastos com aluguel, alimentação, saúde, água, energia e gás, além de arcar com o plano odontológico da autora, no valor de R\$XX,00.

Em réplica, a parte autora reiterou os argumentos formulados na inicial e requereu o integral acolhimento do pedido inicial.

Na fase de especificação de provas, o requerido anexou documentos aos autos e novamente requereu a fixação da verba alimentar em 15% dos seus rendimentos brutos.

Por sua vez, o Ministério Público oficiou pelo julgamento antecipado da lide, com a fixação da prestação alimentícia em 28% dos rendimentos brutos do requerido.

No dia 01/07/2020, o Juízo proferiu sentença, acolhendo parcialmente o pedido inicial para condenar o requerido ao pagamento de prestação alimentícia mensal no importe de 28% dos rendimentos brutos do requerido.

Não se confirmando com a sentença, o requerido apresentou recurso de apelação, postulando a fixação dos alimentos em 15% dos seus rendimentos brutos.

É o relato do essencial.

TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação é tempestiva, pois está sendo interposta na constância do prazo em dobro deferido à Defensoria Pública para apresentação de contrarrazões.

FUNDAMENTAÇÃO

Com a devida vênia, não há que se falar em reforma da sentença recorrida.

É que os elementos de provas carreados para os autos demonstram que o requerido pode pagar os alimentos fixados na sentença recorrida.

De fato, do próprio recurso de apelação se depreende que o apelante percebe a renda mensal indicada na petição inicial.

Das razões do recurso de apelação se infere também que sobram recursos para o requerido depois do pagamento da prestação alimentícia fixada na sentença e do custeio das despesas com a manutenção dele.

Por outro lado, a impugnação do apelante contra a planilha de gastos apresentada pela menor não merecer ser acolhida pelo Egrégio Tribunal, pois o requerido não impugnou esse ponto do litígio de forma específica na contestação, conforme exige o artigo 341 do CPC.

Ademais, ao proferir a decisão liminar e a sentença, a Douta Juíza não levou em consideração a planilha de gastos constante na inicial, tanto que fixou os alimentos em 28% dos rendimentos brutos do requerido.

Acrescente-se a isso a sentença recorrida segue o entendimento solidificado nas cortes brasileiras que, com base no artigo 1.694 do Código Civil, propugna que a fixação de alimentos deve obedecer ao binômio necessidade x possibilidade, sendo necessário, para tanto, que se leve em conta as necessidades da alimentanda, bem como a possibilidade do alimentante em arcar com a obrigação.

Sendo assim, definitivamente não há que se falar em reforma da sentença.

Há de se ter em conta que as necessidades da menor são crescentes e que não é justo que a responsabilidade por seu sustento recaia somente sobre a genitora.

Ademais, a prestação alimentícia imposta ao apelante já é muito inferior do que a soma de metade das despesas da infante.

Portanto, definitivamente, não há que se falar em fixação da prestação alimentícia em 15% dos rendimentos brutos do genitor.

Essa quantia que o requerido quer pagar a títulos de alimentos equivale acerca de R\$XXX,00, (já que os descontos compulsórios e a quantia paga a título de vales transporte são excluídos da base de cálculos os alimentos), que claramente está aquém das necessidades do menor.

Esse valor inclusive é inferior ao valor que o apelante estava pagando à filha antes do ajuizamento da presente ação.

Neste contexto, a manutenção da sentença recorrida é medida que se impõe.

PEDIDO

Ante o exposto, a apelada requer o seguinte;

- a) - que seja negado provimento ao recurso de apelação interposto pelo requerido;
- b) - a condenação da parte apelante ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios.

Pede deferimento.

LOCAL E DATA.

FULANO DE TAL

Defensor Público